



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 11 de abril de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Indústria..... CAPA.....	1
JORNAL DO COMMERCIO IBGE..... ECONOMIA.....	2
JORNAL DO COMMERCIO Projeção..... ECONOMIA.....	3
A CRITICA sim & não..... OPINIÃO.....	4
A CRITICA Produção..... ECONOMIA.....	5
A CRITICA PECs avançam no Congresso..... ECONOMIA.....	6
A CRITICA COMPRAS PÚBLICAS..... ECONOMIA.....	7
AMAZONAS EM TEMPO Estado tem recuo de 8% na produção industrial..... ECONOMIA.....	8
AMAZONAS EM TEMPO METALÚRGICOS..... ECONOMIA.....	9
AMAZONAS EM TEMPO SENADO..... ECONOMIA.....	10
AMAZONAS EM TEMPO Consumidor vai pagar o tributo sobre as bebidas..... PAÍS.....	11
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO.....	12
DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas registra segunda maior queda na produção industrial..... ECONOMIA.....	13
DIÁRIO DO AMAZONAS POLÍTICA..... ECONOMIA.....	14
DIÁRIO DO AMAZONAS ECONOMIA..... ECONOMIA.....	15
FOLHA DE BOA VISTA Superintendente da Suframa cumprem agenda em Roraima nesta quarta-feira.....	16

Indústria

Produção sofre queda no Amazonas

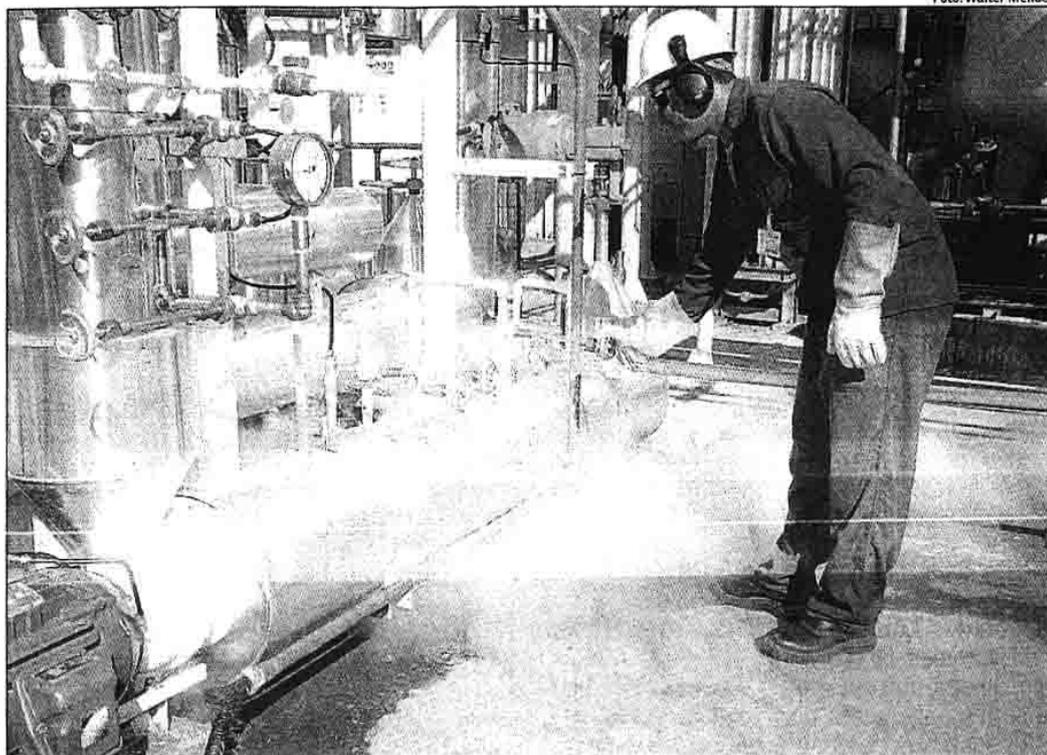


Foto: Walter Mendes

A produção industrial avançou em sete dos 14 locais pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na passagem de janeiro para fevereiro. O Pará teve o maior avanço, de 6,2%, eliminando parte da queda de 13,3% verificada em janeiro, mas o Amazonas (-0,4%) ficou entre os que tiveram queda moderada. Os demais locais que registraram expansão na produção acima da média nacional (1,3%) foram: Rio de Janeiro (3,7%), Minas Gerais (3%), Ceará (2,5%) e São Paulo (1,5%).

Página A6

A produção industrial amazonense experimentou queda moderada em fevereiro, ficando abaixo da média nacional

IBGE

Produção industrial cai 0,4% no AM

Metade dos 14 locais pesquisados registraram queda na produção segundo dados relativos ao mês de fevereiro

A produção industrial avançou em sete dos 14 locais pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na passagem de janeiro para fevereiro. O Pará teve o maior avanço, de 6,2%, eliminando parte da queda de 13,3% verificada em janeiro.

Os demais locais que registraram expansão na produção acima da média nacional (1,3%) foram: Rio de Janeiro (3,7%), Minas Gerais (3%), Ceará (2,5%) e São Paulo (1,5%). As demais taxas positivas foram observadas no Espírito Santo (1,3%) e Região Nordeste (0,8%).

Na outra direção, Paraná (-7,7%), Goiás (-3,9%) e Rio Grande do Sul (-3,5%) tiveram as quedas mais acentuadas, enquanto Bahia (-0,6%), Pernambuco (-0,5%), Amazonas (-0,4%) e Santa Catarina (-0,2%) apontaram perdas mais moderadas.

Na comparação com fevereiro de 2011, 8 dos 14 locais registraram recuo na produção industrial. Rio de Janeiro (-9,0%), Amazonas (-8,3%), São Paulo (-6,6%), Ceará (-6,0%) e Santa Catarina (-4,5%) tiveram perdas superiores à média nacional (-3,9%). Os demais resultados negativos foram verificados no

Rio Grande do Sul (-2,1%), Espírito Santo (-2,0%) e Minas Gerais (-1,1%).

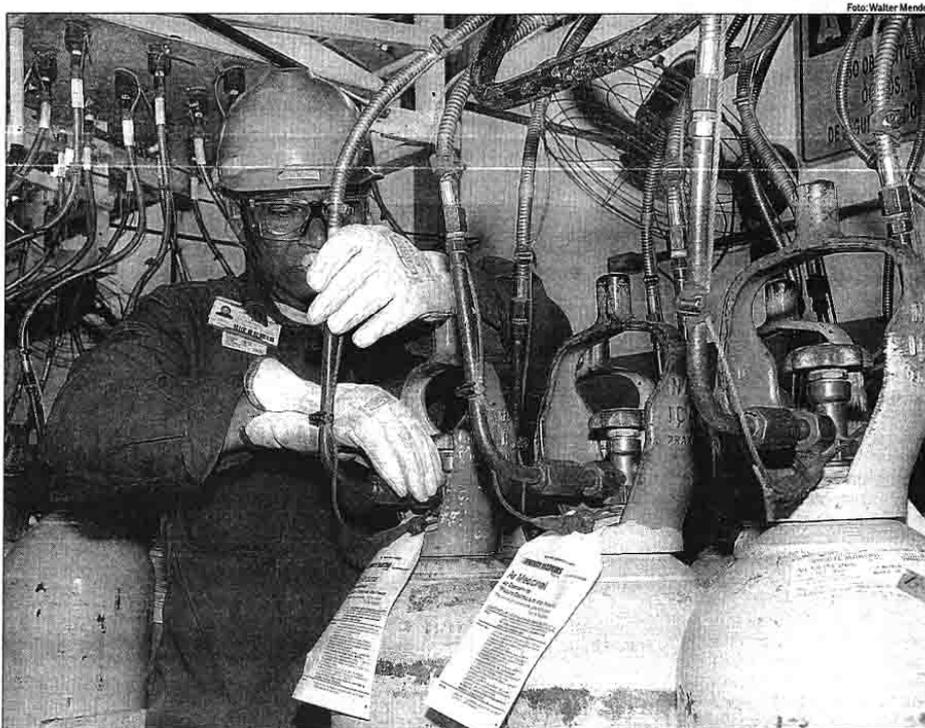
Por outro lado, a Bahia (20,1%) teve a expansão mais acentuada, refletindo, em grande parte, a maior produção do setor de produtos químicos (91,4%), prejudicada no ano anterior por apagões na região.

Também registraram resultados positivos: Região Nordeste (10,6%), Goiás (7,0%), Pernambuco (6,5%), Paraná (0,5%) e Pará (0,1%).

INDÚSTRIA Em fevereiro (%)				
Avanço em sete dos 14 locais pesquisados				
REGIÃO	FEV/12- JAN/12*	FEV/12- FEV/11	ANO 12 MESES	
Amazonas	-0,4	-8,3	-3,3	2,6
Pará	6,2	0,1	-4,5	2,1
Região Nordeste	0,8	10,6	6,9	-2,4
Ceará	2,5	-6,0	-6,9	-11,4
Pernambuco	-0,5	6,5	8,7	2,0
Bahia	-0,6	20,1	12,7	-0,6
Minas Gerais	3,0	-1,1	-1,8	-0,9
Espírito Santo	1,3	-2,0	-2,4	4,5
Rio de Janeiro	3,7	-9,0	-9,1	-1,8
São Paulo	1,5	-6,6	-6,0	-1,5
Paraná	-7,7	0,5	2,6	5,4
Santa Catarina	-0,2	-4,5	-6,3	-6,4
R. Grande do Sul	-3,5	-2,1	2,6	1,9
Goiás	-3,9	7,0	15,6	-9,3
BRASIL	1,3	-3,9	-3,4	-1,0

(*) Com ajuste sazonal

Fonte: IBGE



Na comparação com fevereiro de 2011, oito dos 14 locais registraram recuo na produção industrial, incluindo o Amazonas (-8,3%)

Projeção

CNI aposta em recuperação lenta

Diante de um quadro de dificuldade no início de ano, empresários acreditam em resultados gradativos no ano

A indústria deve se recuperar nos próximos meses, na avaliação do gerente-executivo de Políticas Econômicas da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Flávio Castelo Branco. "É possível ter dados positivos nos próximos meses, mas a indústria deve mostrar recuperação lenta, mais suave", afirmou ontem em entrevista à imprensa.

Castelo Branco explicou que, no primeiro bimestre do ano, o faturamento real da indústria registrou queda de 0,7% em comparação com o mesmo período de 2011, e que o volume de horas trabalhadas ficou 1% menor nessa base de comparação. "A indústria está trabalhando hoje em um nível inferior do que nos dois primeiros meses de 2011", comparou. "O quadro de início de ano de dificuldade é claro", acrescentou.

O executivo ressaltou que, apesar dessa queda, o faturamento da indústria cresceu 4,5% em fevereiro ante janeiro, já dessazonalizado. "Essa ambiguidade vem desde o fim de 2011. Vemos que os números estão alternando entre meses positivos e negativos. Isso não nos permite traçar uma trajetória clara da indústria em termos de recuperação."

Castelo Branco disse que a CNI está revisando suas projeções macroeconômicas e que os números serão apresentados na quinta-feira. Para ele, o qua-

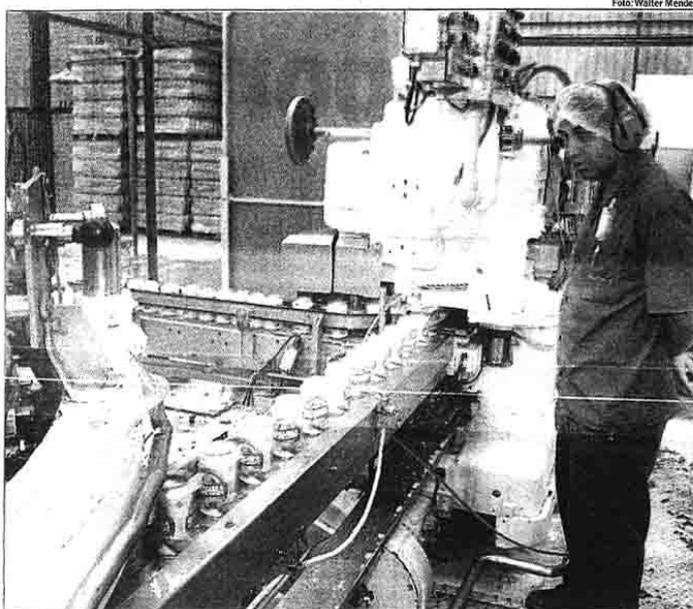


Foto: Walter Mendes

Faturamento real da indústria registrou queda de 0,7% na comparação com o mesmo período de 2011

dro internacional está menos incerto, há retomada do ciclo da queda de juros, a taxa de câmbio está mais valorizada e a adoção de medidas setoriais pelo governo são fatores positivos. "A demanda doméstica também segue em alta, mas não tão forte quando em 2010", comparou.

Na opinião dele, há dificul-

dade de que a demanda doméstica alcance o segmento industrial, por conta da alta competitividade dos produtos estrangeiros, do câmbio, do aumento de custo com encargos trabalhistas, de energia elétrica, além da elevada carga tributária. "Mesmo assim, o quadro está um pouco menos agudo do que em 2011."

Câmbio

Apesar da elevação recente da taxa de câmbio, o assunto ainda é uma pedra no sapato da indústria. "A própria abertura da economia, que trouxe insu- mos de importados, faz com que o câmbio tenha impactos heterogêneos entre os setores", declarou Castelo Branco. Ele destacou que o câmbio afeta

negatividade a competitividade dos produtos brasileiros. "A manutenção do câmbio mais desvalorizado certamente vai ajudar, mas a taxa tem oscilado bastante. E taxas mais desvalorizadas foram vistas em períodos de maior instabilidade no mercado internacional."

Para Castelo Branco, as medidas tomadas pelo governo recentemente ajudaram a diminuir a atratividade de entrada de dólares no Brasil, embora a indústria ainda tenha dificuldades para competir com produtos estrangeiros. "A competitividade dos produtos brasileiros é um desafio permanente."

Novo salário

A indústria acredita que o reajuste do salário mínimo no início do ano - pago a partir de fevereiro - possa impulsionar a produção fabril. Para Castelo

Branco, esse movimento tende a ser mais rápido do que as medidas anunciadas pelo governo para impulsionar o setor. "Muitas das medidas anunciadas em agosto só começaram a se efetivar no início de 2012", declarou, citando a desoneração da folha de pagamentos para quatro setores e o Reintegra, programas do Plano Brasil Maior anunciado no ano passado. Em março, houve uma segunda etapa de ampliação do pacote do governo para estimular a indústria.

"O que pode dar impacto é a expectativa de maior demanda com o recebimento dos reajustes previdenciários e do salário mínimo em janeiro", comentou. A elevação da renda pode aumentar o volume de encomendas para indústria. "Mas ainda é difícil avaliar quanto."

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		Em Fevereiro/12 (%)	
Faturamento cai ante 2011			
INDICADORES			
	Fev12-Jan12	Fev12-Fev11	Jan-Fev11-Jan-Fev12
Faturamento real	3,4	-3,3	-1,7
Horas trabalhadas	3,8	-1,4	-1,0
Emprego	0,0	0,4	0,6
Massa salarial paga	-0,7	6,2	6,0
Rendimento médio real	-0,7	5,8	5,4
UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA			
	JAN12	FEV12	
Índice original	80,1	80,2	
Índice dessazonalizado	82,4	82,1	

sim & não

Proteção O deputado Pauderney Avelino (DEM) apresentou ontem duas emendas à “MP do Brasil Maior” para proteger os setores eletrônico e duas rodas do PIM: uma limita em 600 cm² as telas de LCD beneficiadas pela MP e outra sobretaxa em 35% as motonetas chinesas.

Pode? Post no Facebook informou que a presidente do TRT-AM/RR, Valdenyra Thomé, baixou portaria ontem suspendendo o expediente do Tribunal na próxima sexta-feira, das 7h às 11h, para celebrar a Páscoa da Instituição. O autor do post pergunta: “Isso pode?”

Produção

Indústria do AM cai 8,3% em fevereiro

Oito de 11 atividades pesquisadas pelo IBGE recuaram

A Indústria do Amazonas amargou resultado negativo de 8,3% em fevereiro, comparado a igual mês de 2011. Em relação a janeiro houve um leve decréscimo de 0,4%, enquanto que no acumulado de janeiro e fevereiro os indicadores divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram recuo de 3,3%.

O resultado atual interrompeu sete meses consecutivos de taxas positivas e, o que é pior, revelou queda mais intensa desde março de 2011 (-14,6%).

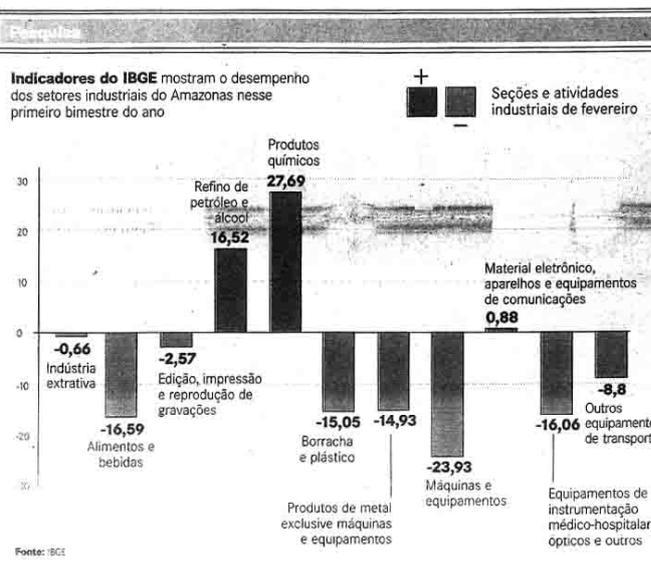
O chefe de Disseminação de Informações do órgão no Amazonas, Adjalma Nogueira, explicou que fevereiro é um mês de baixa produtividade. "Isso cria uma ansiedade para os meses seguintes", disse.

Entre as 11 atividades pesquisadas, oito apresentaram redução na produção, com alimentos e bebidas (-16,6%) e máquinas e equipamentos (-23,9%)

apontando os principais impactos negativos sobre a média global, pressionados, em grande parte, pela menor fabricação de preparações em xarope e em pó para elaboração de bebidas, no primeiro caso, e de aparelhos de ar condicionado e fornos microondas, no segundo.

Vale citar também as influências negativas vindas dos ramos de equipamentos de transporte (8,8%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, ópticos e outros (-16,1%) e produtos de metal (-14,9%).

Nesses segmentos destacaram-se, respectivamente, os recuos na fabricação dos seguintes itens: motocicletas, relógios e aparelhos e lâminas de barbear. Por outro lado, a maior pressão positiva veio do setor de refino de petróleo e produção de álcool (16,5%) impulsionado, principalmente, pelo avanço na produção de gasolina automotiva.



Saiba mais

>> CNI

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirma que em fevereiro, a indústria brasileira operou, em média, com 82,1% da capacidade instalada (UCI), um recuo de 0,3 ponto percentual comparati-

vamente a janeiro, segundo dados dessazonalizados. Já o indicador de emprego se manteve estável em relação a janeiro. Os salários e o rendimento médio real dos trabalhadores caíram 0,7% em fevereiro frente a janeiro.

GLOBAL

As indústrias de alimentos e bebidas (-13,1%) e de máquinas e equipamentos (-16,3%) foram as que mais influenciaram negativamente o resultado global.

Na passagem de janeiro para fevereiro, os índices regionais da produção industrial mostraram taxas positivas em sete dos 14 locais pesquisados: Pará

(6,2%), apontou o avanço mais acentuado, seguido por Rio de Janeiro (3,7%), Minas Gerais (3,0%), Ceará (2,5%), São Paulo (1,5%), Espírito Santo (1,3%) e região Nordeste (0,8%). Por outro lado, Paraná (-7,7%), Goiás (-3,9%), Rio Grande do Sul (-3,5%), Bahia (-0,6%), Pernambuco (-0,5%) e Santa Catarina (-0,2%) registraram quedas.

Blog

“Samy Dana

PROFESSOR DA ESCOLA DE ECONOMIA DA FGV-SP

“As medidas anunciadas pelo governo para incentivar

a indústria começaram a ajudar porém, os resultados não serão de uma hora para outra. É preciso investir em infraestrutura, fazer uma reforma tributária eficaz e incentivar a competição. Vale ressaltar que o país não se desenvolve como um todo e São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais continuam sendo os estados que mais impactam na economia do país. A produção industrial deve continuar com alta no patamar acima de 1%, mas sem chegar a 2%. Para ter um crescimento maior é preciso investir em velhos problemas como infraestrutura e educação”.

PECs avançam no Congresso

Parlamentares analisam o mérito da proposta que prorroga a ZFM por 50 anos, na Câmara, e da PEC da Música, no Senado

ANTÔNIO PAULO

antonio paulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUCURSAL) - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, aprovou ontem, por unanimidade, o parecer do deputado Henrique Oliveira (PR-AM) sobre a admissibilidade, juridicidade e técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 506/2010, que prorroga por mais 50 anos os benefícios para a Zona Franca de Manaus (ZFM). Agora, a PEC vai ao presidente da Mesa Diretora, deputado Marco Maia (PT-RS), para que ele autorize a criação da Comissão Especial que vai analisar o mérito da proposta. A bancada do Amazonas vai buscar a indicação da relatoria ou presidência do colegiado para poder interferir no processo de aprovação no plenário da Câmara.

Enquanto ocorrem avanços na tramitação da PEC dos 50 anos da ZFM, na Câmara dos Deputados, o presidente da CCJ do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresenta hoje o seu parecer favorável à Propos-

PEC da RMM

Enquanto as PECs dos 50 anos e da Música avançam na Câmara e no Senado, permanece inalterada a tramitação Projeto de Lei 2.633/11, que amplia os benefícios da ZFM aos municípios da Região Metropolitana (RMM).

ta de Emenda à Constituição nº 123/2011, a chamada PEC da Música, que dá imunidade tributária à produção musical brasileira, incluindo os suportes físicos (CDs e DVDs) a todo o País. A proposta tira exclusividade da Zona Franca e praticamente retira o segmento do Estado do Amazonas.

Por conta da pressão dos cantores e compositores renomados do País, em dezembro de 2011, a Câmara aprovou por ampla maioria a emenda da música. A articulação dos artistas também está ocorrendo no Senado e se diz nos corredores que a votação favorável à PEC da Música está praticamente consolidada.



O deputado federal Henrique Oliveira é o relator da PEC da Prorrogação

O senador Eunício Oliveira, que é o relator da matéria na CCJ, disse que após fazer a leitura do parecer, na manhã de hoje, vai dar vista coletiva para que votação ocorra na próxima semana. "Antes que alguém peça vista (mais tempo para análise da matéria), eu mesmo vou fazer de ofício para que ninguém faça um relato-

rio paralelo", adiantou o senador cearense.

O líder do Governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), evitou entrar nos detalhes de alguma estratégia para tentar barrar a PEC da Música na votação que ocorre hoje na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Questionado, limitou-se a di-

zer: "Vamos pedir vista".

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) reconhece o baixo poder de força e articulação da bancada do Amazonas contra a pressão nacional que os artistas vêm fazendo junto aos senadores. A expectativa é que apenas os três senadores do Amazonas votem a favor, os demais membros da Casa querem quebrar a exclusividade de imunidade tributária da produção musical hoje concentrada na Zona Franca. Vanessa prometeu conversar com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para que ela convença a base aliada a adiar a votação ou rejeitar a matéria. "O Executivo é a nossa única saída, a tábua de salvação para que a PEC da Música não seja votada ou rejeitada no Senado", disse.

DUAS RODAS

A deputada federal Rebecca Garcia (PP/AM) apresentou ontem uma emenda que tem o objetivo de aumentar de 15% para 35% o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), incidente sobre a importação de ciclomotores de cilindrada não superior a 50 cm³.

Blog

“ Henrique Oliveira

DEPUTADO FEDERAL (PR-AM)
RELATOR DO PROJETO

“A aprovação do meu parecer à PEC da prorrogação dos 50 anos da Zona Franca de Manaus foi o primeiro passo para aprovarmos essa matéria no Congresso Nacional. Parece pouca coisa, mas joguei a minha vida política nessa etapa inicial do processo. Agora, a bancada - que precisa encontrar rapidamente um coordenador - deve se despir das vaidades políticas e buscar uma articulação forte para que algum de nós seja ou o relator ou o presidente da Comissão Especial. Será o momento de discutirmos amplamente os conceitos e os problemas do nosso Estado; será hora de pôr para fora as insatisfações; vomitar toda essa indignação que existe nos quatro cantos de Manaus cada vez que as vantagens comparativas da Zona Franca são diminuídas.

COMPRAS PÚBLICAS

TCE promete ajuda às MPES

Érico Desterro disse que incluirá nas tarefas do órgão a fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Geral das Microempresas

CIMONE BARROS
cimone@acritica.com.br

A inclusão efetiva das micro e pequenas empresas (MPES) nas compras governamentais no Amazonas deve ganhar um "empurrão" do Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM). O presidente do TCE-AM, Érico Desterro, informou que pretende incluir nas tarefas do órgão - inspeção e relatórios - a fiscalização do cumprimento da Lei Complementar 123/2006, conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, no tocante às regras para administração pública das compras feitas das MPES.

O anúncio foi feito ontem, durante "Fomenta Manaus 2012: Municipalizando o Debate", evento realizado pelo Sebrae em todo o País e no Estado em parceria com a Associação Amazonense de Municípios (AAM). O objetivo é "sensibilizar os gestores públicos pa-

ra a importância econômica e social em favorecer a maior participação dos pequenos negócios nas compras governamentais, nas diversas modalidades: licitações, pregões, cartas-convite e compras diretas, entre outras".

De acordo com Desterro, o TCE vai trabalhar inicialmente, nos seus relatórios, apontando os problemas e exigindo o cumprimento da Lei Geral das MPES, tanto a implementação por parte de quem já regulamentou quanto de quem ainda não o fez. Atualmente 47 municípios amazonenses já regulamentaram, mas a maioria ainda não faz valer a lei.

Segundo Desterro, a Lei Geral traz regras para a administração pública contratar. Nesse aspecto, o TCE tem competência para fiscalizar se o gestor público está cumprindo com todos os dispositivos da lei. No primeiro momento, segundo ele, o trabalho do órgão será fazer ressalvas as pres-



Presidente do TCE, Érico Desterro, participou ontem do 'Fomenta Manaus'

tações de contas do gestor público que não levar em consideração a legislação destinada às MPES.

Dados apresentados pelo consultor em Governança Pública, Jair Santana, os governos Federal, Estaduais e Municipais

compram no mercado cerca de R\$ 400 bilhões por ano e as MPES têm acesso a 20% desse montante. Somente a União faz cerca de 250 mil processos de compras públicas, injetando no mercado R\$ 51 bilhões. A Re-

gião Norte fica com mais de 20 mil processos e R\$ 5,1 bilhões anualmente. Segundo o presidente da AAM, Jair Souto, o desafio é implementar a lei nos municípios. "Além de sensibilizar os gestores e a sociedade para os benefícios da Lei Geral, vamos realizar palestras, orientação e deixar em cada município, pago pelas prefeituras, um agente de desenvolvimento, um servidor à altura do nível do que se quer para identificar o empreendedor e orientá-lo".

PRÊMIO

Pela primeira vez uma mulher ganha o Prêmio Sebrae Empreendedor do Sebrae, feito em parceria com AAM. Este ano o a prefeita de Santa Izabel do Rio Negro, Eliete da Cunha Beleza, levou o troféu estadual com o projeto Piaçava da Cidadania e vai concorrer na edição nacional.

Blog

“ Nelson Rocha

SUPERINTENDENTE
DO SEBRAE-AM

“O Sebrae está buscando apoio do Governo do Estado para implementar um programa de compras governamentais visando ampliar a participação das MPES. Há dois momentos: o da regulamentação e da implementação, que é fazer valer a lei. Por exemplo: um dos artigos regulamentados é as compras até R\$ 80 mil com editais específicos para participação das MPES. O Estado tem decreto regulamentando as compras governamentais desde 2008 (nº 28.182) e até hoje o artigo que trata dos editais exclusivos para MPES nas compras com esse valor nunca saiu do papel. Este ano vamos trabalhar para implementar a Lei Geral em pelo menos cinco municípios. O Sebrae leva capacitação, leva gestão, prepara o empresário para ser fornecedor, mas ele precisa da vontade política do Município e do Estado.”

Estado tem recuo de 8% na produção industrial

No mês de fevereiro, o resultado negativo foi puxado, principalmente, pela produção negativa de máquinas e equipamentos no parque fabril de Manaus

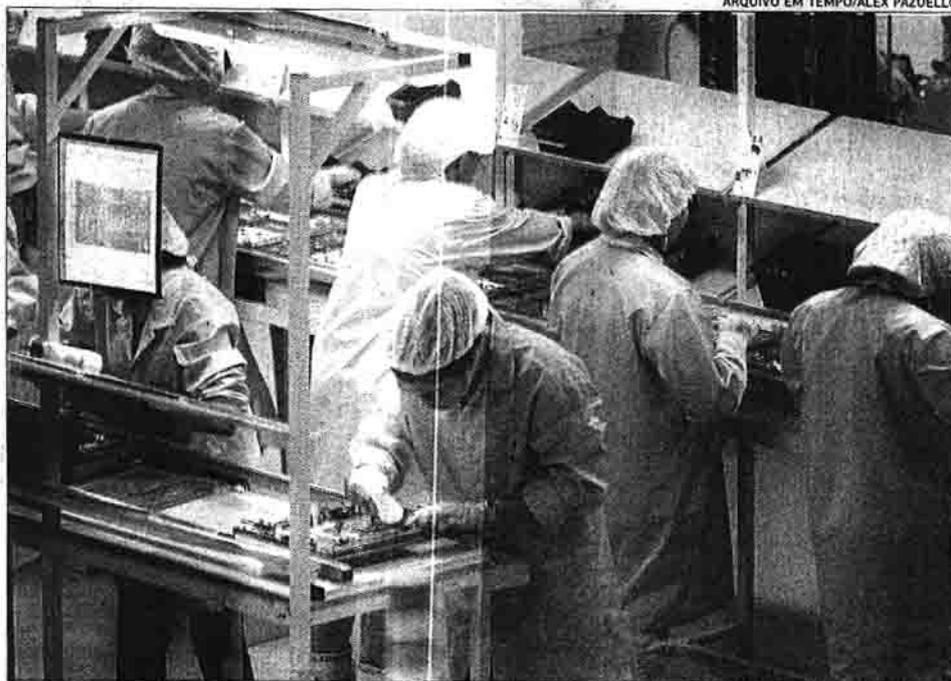
LUANA GOMES
Especial EM TEMPO

O Amazonas registrou, em fevereiro, o segundo maior recuo (8,3%) na produção industrial do país, atrás somente do Rio de Janeiro. O índice negativo, em relação ao igual período do ano passado, interrompeu sete meses consecutivos de taxas positivas do setor local, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o disseminador de Informações do IBGE no Amazonas, Adjalma Nogueira, o resultado da produção industrial representou a queda mais intensa desde março de 2011, quando houve um decréscimo de 14,6%.

Dentre as 11 atividades pesquisadas, a de máquinas e equipamentos teve um impacto negativo de 23,9%. Um dos motivos para a redução da fabricação de aparelhos de condicionador de ar.

O presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos de Manaus (Sinaees), Celso Piacentini, abordou que a concorrência com os importados, que já influa na produção, tornou-se mais aparente, principalmente de splits e celulares.



ARQUIVO EM TEMPO/ALEX PAZUELLO

Atrás do Rio de Janeiro, o Amazonas obteve a segunda maior queda na produção do país

Desempenho aquém do esperado

A atividade de alimentos e bebidas também impulsionou a queda (-16,6%), seguida por equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, ópticos e outros (-16,1%), produtos de metal (-14,9%)

e outros equipamentos de transporte (-8,8%).

No país, oito dos 14 locais pesquisados apresentaram recuo na produção, na comparação de fevereiro de 2012, ante mesmo período

de 2011, com destaque para Rio de Janeiro (-9,0%), Amazonas (-8,3%), São Paulo (-6,6%), Ceará (-6,0%) e Santa Catarina (-4,5%), com quedas superiores à média nacional (-3,9%).

METALÚRGICOS

Começam as articulações da indústria para a PLR

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

Foi dada a “largada” para as negociações salariais entre os trabalhadores e empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Conforme o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, comissões estão sendo formadas nas unidades fabris para as discussões sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A expectativa é de que até 1º de maio um percentual sobre o benefício tenha sido estabelecido.

Segundo o secretário-geral do sindicato, Sidney Malaquias, cada empresa contará com uma comissão para negociar o benefício concedido aos trabalhadores. “As comissões estão sendo institu-

ídas em cada empresa e as propostas relacionadas aos percentuais de PLR deverão ser estabelecidos e discutidos com o sindicato para que se chegue a um resultado a ser repassado aos industriários”, relatou.

O secretário destacou que a expectativa é que, até 1º de maio, tenha um percentual estabelecido para a campanha salarial 2012, prevista para iniciar dentro de um mês. “Diante dessa situação, esperamos que até junho as negociações já tenham sido finalizadas e tenhamos um resultado sobre a situação”, projetou o secretário, ao lembrar que na campanha de 2012 as indústrias amazonenses chegaram a pagar até 12% a mais em PLR aos seus funcionários.

SENADO

PEC da Música e imposto para motos em discussão

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

Até o final da próxima semana, dois assuntos relacionados ao Polo Industrial de Manaus (PIM) devem ser discutidos em Brasília: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 98/2007 — popularmente conhecida como “PEC da Música” — e a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre motocicletas.

A PEC, que concede imunidade tributária à produção de CDs e DVDs em todo o país, será votada, no Senado, na próxima semana, após pedido de vista coletiva dos parlamentares. “Já estamos nos mobilizando para que a PEC não venha a causar nenhum prejuízo ao PIM e, por conta disso, vamos apresentar uma defesa para que a proposta seja revista”, relatou a senadora Vanessa Grazziotin.

A medida, de autoria do deputado federal Otávio Leite e outros parlamentares, estabelece que fonogramas e videofonogramas produzidos no Brasil não pagarão mais impostos, tanto federais quanto estaduais e municipais.

Além das indústrias de DVDs e CDs, as fabricantes de motos do PIM também devem receber maior incentivo, pelo menos, se depender de uma emenda apresentada ontem pela de-

putada federal Rebecca Garcia. A iniciativa tem como objetivo elevar de 15% para 35% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incidente sobre a importação de ciclomotores não superior a 50 cilindradas.

A emenda foi apresentada à medida provisória (MP) 563/2012, enviada pelo governo federal, dia 4 de abril, para análise do Congresso Nacional. Entre outros assuntos, a MP propõe uma série

IPI
35%

PROPOSTO

É a alíquota sugerida para o imposto de importação de ciclomotores

de medidas para proteger a indústria nacional, altera a alíquota das contribuições previdenciárias para alguns setores e institui programa de incentivo à inovação tecnológica para empresas de automóveis. “Alguns representantes do polo de motocicletas nos revelaram que começariam a importar motos. A emenda é justamente para proteger a indústria local desses produtos importados”, disse a deputada.

Consumidor vai pagar o tributo sobre as bebidas

O aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), previsto para o setor de bebidas frias como forma de compensar a queda da arrecadação tributária incluída na nova versão do Plano Brasil Maior, vai ser repassado ao consumidor, informou, ontem, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (Abir), Herculano Anghinetti, após reunião com o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto.

“Em 2011, o impacto do aumento ficou conosco e chegamos ao limite. As indústrias já absorveram parcialmente a alta dos tributos (15%). O setor não tem como absorver mais um aumento de imposto com redução da margem (de lucro). Com esse anúncio de aumento que está por vir, a indústria não tem mais capacidade de absorção. O aumento vai ser repassado, criando um círculo

vicioso. O aumento de imposto impacta no custo e diminui a venda”, disse.

Para compensar a renúncia fiscal de R\$ 60,4 bilhões do pacote de estímulo à competitividade industrial anunciado na semana passada, o governo

RENÚNCIA
60,4

BILHÕES

É o valor da renúncia fiscal do pacote de estímulo à competitividade industrial anunciado pelo governo

informou que vai aumentar a tributação das chamadas bebidas frias, como águas, cervejas e refrigerantes. Mesmo sem ter o aumento da alíquota definida, a estimativa do re-

presentante do setor é que o impacto do imposto mais alto fique entre 2% e 3% do valor final do produto.

Nova tributação

Anghinetti disse ainda que, com a nova tributação, investimentos anteriormente previstos de R\$ 7,9 bilhões podem ser suspensos. “Estamos buscando a não alteração da pauta para que não tenha que alterar os preços finais e diminuir a capacidade de investimentos”, destacou o presidente da Abir.

O setor reivindica que a tabela de preços das bebidas, sobre a qual incidem tributos, não seja reajustada neste ano. O aumento desses valores implica maior carga tributária para as indústrias. Em 2010, a Abir e o governo chegaram a um acordo que permitiu o congelamento da tabela usada de base para tributação. Por outro lado, o setor investiu R\$ 5,4 bilhões no ano.

Claro & Escuro

SISTEMA

Por capricho

Josildo Oliveira resolveu criar um caos no sistema de transporte coletivo porque foi afastado do cargo de conselheiro consultivo do Sindicato dos Rodoviários, atendendo a uma ordem da Justiça. O próprio procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), Jeibson Justiniano, alertou os rodoviários da manobra. "Ele (Josildo) só está usando vocês para interesses particulares. Vocês não veem isso?", questionou indignado.

AMIZADE

Sobrou para o irmão

A atitude irresponsável de Josildo Oliveira fez sobrar para o irmão dele, o vereador Jaildo dos Rodoviários (PRP). Ontem, o gabinete dele estava lotado com representantes de comunidades querendo saber o que o parlamentar estava fazendo para normalizar o serviço. Até os vereadores pediram para que Jaildo desse jeito no irmão dele.

ZFM

Por unanimidade

Sem entraves e com parecer do deputado federal Henrique Oliveira, a PEC 506, que prorroga a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, foi aprovada por unanimidade, ontem, pela Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara. A partir de agora, comissão especial poderá ser criada para análise do tema.

FLORESTA

Para a preservação

Deputados federais do Amazonas que recebiam a posição contrária de parlamentares de outros Estados contra a prorrogação da ZFM disseram que eles foram convencidos sobre a importância do modelo para a preservação da floresta no Estado.

MÚSICA

A contrapartida

Mas a contrapartida da aprovação da PEC de prorrogação da Zona Franca na CCJ pode vir hoje com a análise da PEC da Música na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que isenta de impostos indústrias fonográficas de todo o País, tirando essa exclusividade da Zona Franca de Manaus.

INCLUSÃO

Vista coletiva

Os senadores Alfredo Nascimento (PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) articulam com os membros da CCJ um pedido de vista coletiva. Eles querem incluir dispositivos para proteger os empregos em Manaus.

Amazonas registra segunda maior queda na produção industrial

TEXTO Daisy Melo
FOTO Arlesson Sicsú

MANAUS

A produção industrial do Amazonas registrou queda de 8,3% em fevereiro deste ano, em relação ao mesmo mês do ano passado, índice acima da média nacional (-3,9%). O Estado teve o segundo maior nível de desaquecimento na indústria neste período, perdendo apenas para o Rio de Janeiro que apresentou retração de 9%. Os segmentos de 'máquinas e equipamentos' e 'alimentos e bebidas' puxaram o resultado negativo.

Com o recuo em fevereiro, a produção industrial do Amazonas interrompeu sete meses de taxas positivas consecutivas no índice mensal e alcançou a queda mais intensa desde março do ano passado, que foi de 14,6%, segundo o supervisor de Disseminação de Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Amazonas, Adjalma Nogueira Jaques.

"Os principais impactos negativos sobre a média global foram dos setores de máquinas e equipamentos e alimentos e bebidas, que tiveram quedas respectivamente, de 23,9% e 16,6%", explica. De acordo com Jaques, esses segmentos foram pressionados pelas reduções

nas produções de preparações em xarope e em pó para elaboração de bebidas e, no segundo ramo, de aparelhos de ar condicionado e fornos de micro-ondas.

Entre as onze atividades pesquisadas pelo IBGE, oito apresentaram redução na produção, como transporte (-8,8%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, ópticos e outros (-16,1%) e produtos de metal (-14,9%). "Nestes segmentos, destacam-se os recuos na fabricação de motos, relógios e aparelhos e lâminas de barbear", disse. A pressão positiva veio do setor de refino de petróleo e produção de álcool, que cresceu 16,5%, impulsionado, principalmente, pelo aumento na produção de gasolina para veículos.

Confrontado com o resultado no último trimestre do ano passado, a indústria local começou a apresentar sinais de redução no ritmo produtivo no início deste ano. O desempenho do segmento passou de 6,6% de outubro a dezembro de 2011 para -3,3% no primeiro bimestre deste ano. Nesse comparativo, o Amazonas teve a segunda pior retração, ficando atrás somente do Paraná, que caiu de 15% para 2,6%. Em fevereiro, o Estado alcançou resultado negativo de 0,4% em relação a janeiro deste ano.

RETRAÇÃO

Sine reduz oferta de vagas no PIM

O número de vagas de emprego ofertadas pelo Sistema Nacional de Empregos no Amazonas (Sine/AM) caiu 44,5% nesse primeiro trimestre de 2012, em relação ao mesmo período do ano passado, foram 2.160 vagas esse ano, enquanto que, em 2011, foram 3.892. O coordenador do órgão, Paulo Mendonça Junior, afirmou que o resultado foi influenciado pela queda de ofertas de emprego no Polo Industrial de Manaus (PIM). O coordenador do Sine/AM destacou que é comum no início do ano haver uma desaceleração na indústria, o que segundo ele reflete em demissões e na menor oferta de emprego no setor. Mas, de acordo com ele, os desligamentos ocorridos, no PIM, nesse ano, foram maiores e a procura por novos profissionais foi mais reduzida. "O PIM é responsável por um grande número de empregos. Com a desaleração e menor oferta de novos postos de trabalho no setor, reflete na redução de ofertas de vagas no Sine também. Agora, em março, a indústria começou a oferecer vagas. O setor que está contratando bastante é o da construção civil, que mesmo nesse período de chuvas, tem demandado muitos trabalhadores, devido às obras de infraestrutura para a Copa de 2014", relatou Junior. O diretor-executivo da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Flávio Dutra, confirmou que, no início desse ano, a indústria começou menos aquecido que, em 2011, resultou no maior número de demissões. Segundo ele, o aumento do contrabando, principalmente nos setores relojoeiro e de mídias, também tem impacto no desempenho da indústria no Estado. Disse, ainda, que o "desejo" é que este ano haja uma atividade, no mínimo, igual à de 2011.

MAIS DADOS

RETRAÇÃO

SETORES AFETADOS



POLÍTICA

CCJ aprova parecer de Henrique Oliveira a favor da Zona Franca de Manaus

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, ontem, o parecer do deputado federal Henrique Oliveira (PR-AM) pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 506/2010, que prorroga por mais 50 anos os benefícios para a Zona Franca de Manaus (ZFM). O relatório estava para ser votado na comissão desde março.

Henrique Oliveira comemorou a aprovação do parecer, que apesar do quórum baixo na CCJ, foi uma decisão unânime. O parlamentar destaca que o efeito da aprovação desta proposta é muito importante para a população e a economia da região. "Esse foi o primeiro grande passo para alcançarmos a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus. Vencemos uma das batalhas da grande guerra. Agora vamos continuar na luta, que não é fácil, pela manutenção de emprego e geração de renda do povo amazonense", comemorou Henrique Oliveira.

A matéria segue agora para despacho do presidente da Casa, deputado federal Marco Maia (PT-RS), para que a Mesa Diretora crie a Comissão Especial que analisará a PEC.

ECONOMIA

Receita Federal e Inmetro vão endurecer fiscalização de produtos importados

Com o convênio firmado entre a Receita Federal e o Inmetro, na semana passada, o governo vai endurecer a fiscalização dos produtos importados, especialmente de origem chinesa. A medida deve ser publicada no Diário Oficial de hoje e no prazo de dois meses deve ser concluída uma lista com dezenas de produtos que estarão sob vigilância cerrada dos dois órgãos.

Superintendente da Suframa cumprem agenda em Roraima nesta quarta-feira



Thomaz Nogueira vai se reunir com o prefeito e o governador do Estado

O titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) Thomaz Nogueira e o superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Nagib Lima, cumprem a partir de hoje agenda em Boa Vista.

Conforme agenda prévia fornecida pela assessoria de comunicação do órgão, às 16h o superintendente da Suframa estará ministrando palestra em evento do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e Caribe (Necar) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Por volta das 17h, Thomaz Nogueira e Nagib Lima estarão reunidos com o governador do Estado, Anchieta Júnior (PSDB). O assunto a ser tratado e o local da reunião não foram adiantados à imprensa.

Na quinta-feira, 12, as duas autoridades se reunirão com o prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio (PSB). Será tratada a liberação de convênios para o município. Logo

mais, às 10h, a agenda será com empresários na sede da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (Fier).

Para fechar os compromissos do dia, estão previstas, a partir das 14h, visitas a projetos de desenvolvimento no Estado que recebem recursos via convênios da Suframa, ainda não divulgados.

Nagib Lima foi empossado recentemente em um dos quatro cargos de superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa. Ele atuou como assessor especial do Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais em Roraima.

Ao tomar posse na sede da autarquia, em Manaus (AM), Nagib informou que ficará à frente dos assuntos relacionados à Amazônia ocidental, dando continuidade ao trabalho de desenvolvimento de políticas públicas do governo federal para a região.